

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABaixo.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua **Folha de Respostas**. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de provas (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da **Folha de Respostas**.
- 4 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e deixe o local de provas.
- 5 Nenhuma folha deste caderno pode ser levada para fora, exceto a **Folha de Respostas**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na **Folha de Respostas** implicará a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!

INSS – 16º SIMULADO TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL

Ética

Glauber Soares

Antero, agente público vinculado ao INSS, por meio de atividade em caráter temporário, recebeu vantagem indevida de terceiro com o objetivo de adiantar procedimentos relacionados a benefícios previdenciários. Considerando o disposto nos Decretos n. 1.171/1994 (Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal) e n. 6.029/2007 (Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal), julgue os itens.

- 1 A ação do agente público não está disposta de maneira explícita no Código de Ética como conduta antiética.
- 2 Por se tratar de servidor em caráter temporário, não é possível a apuração e a aplicação de penalidade de natureza ética.
- 3 Caso a conduta seja passível de apuração, após notificado, Antero terá o prazo de 15 dias para apresentar sua defesa fundamentada.

Direito Constitucional

Ricardo Blanco

Julgue os itens.

- 4 É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.
- 5 São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
- 6 São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
- 7 Aos originários de língua portuguesa com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição.
- 8 A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- 9 O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- 10 Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.

Direito Administrativo

Raphael Spyere

A respeito da teoria geral dos atos administrativos, julgue os itens a seguir.

- 11 Uma vez exarados pela Administração, os atos administrativos negociais, também chamados de atos de consentimento, conformam os interesses públicos com eventuais demandas particulares, viabilizando o exercício de atividades ou a utilização de bens públicos.

- 12 O silêncio administrativo não produz efeitos jurídicos.

Sobre as disposições contidas na Lei n. 9.784/1999, Lei Geral de Processos Administrativos Federais, julgue.

- 13 Os atos da administração que apresentarem vício de legalidade deverão ser anulados pela própria administração. No entanto, se de tais atos decorrerem efeitos favoráveis a seus destinatários, o direito da administração de anular esses atos administrativos decairá em cinco anos, contados da data em que forem praticados, salvo se houver comprovada má-fé.

Tomando como referência a Lei n. 8.429/1992, Lei Geral de Improbidade Administrativa, atribua o valor de certo ou errado às assertivas subsecutivas.

- 14 Devido ao caráter sensível do bem jurídico tutelado pelo sistema normativo de tutela coletiva, a Lei de Improbidade deve ser aplicada àqueles que pratiquem atos que importem em enriquecimento em desfavor do patrimônio de entidade privada que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de entes públicos ou governamentais.

- 15 A conduta omissiva decorrente de interpretação divergente da lei em campo jurisprudencial, por si só, poderá ser enquadrada como ato de improbidade administrativa.

Julgue as assertivas a seguir sobre o regime jurídico dos agentes públicos.

- 16 Impõe-se à Administração Pública nomear o candidato aprovado em concurso público dentro do número de vagas previstas no edital do certame, em razão do princípio da boa-fé e da proteção da confiança.

- 17 Os subsídios e as remunerações dos servidores públicos federais, incluídas as verbas de natureza indenizatória, não podem exceder o subsídio mensal dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

Gramática e Texto

Fidelis Almeida

Texto para responder aos itens de números 18 a 32.

1 A ênfase colocada pelo cristianismo na inviolabilidade da vida tendia a nivelar, anulando-as, as antigas distinções e expressões da vida activa; tendia a ver o labor, o trabalho e a ação como igualmente sujeitos às vicissitudes da vida na Terra. Ao mesmo tempo, contribuiu para poupar parcialmente a atividade do labor — ou seja, toda atividade necessária apenas para manter o próprio processo biológico — do desdém que a antiguidade lhe dedicava. O antigo desprezo em relação ao escravo, menosprezado porque servia apenas às necessidades da vida e se submetia ao domínio do amo por desejar permanecer vivo a qualquer preço, não podia de modo algum sobreviver na era cristã. Já não era possível menosprezar o escravo, como Platão o fazia, por não haver cometido suicídio ao invés de submeter-se, pois permanecer vivo em quaisquer circunstâncias passara a ser um dever sagrado, e o suicídio era visto como crime pior que o homicídio. O enterro cristão era negado não ao assassino, mas àquele que havia posto fim à sua própria vida.

Contudo, ao contrário do que certos intérpretes modernos pretendem ver em fontes cristãs, não há qualquer indicação da moderna glorificação do trabalho (enquanto labor) no Novo Testamento ou em escritores cristãos pré-modernos. Paulo, que foi chamado o apóstolo do trabalho, não era nada disso; e as poucas passagens nas quais se fundamenta tal assertiva são dirigidas àqueles que, por preguiça, comiam o pão do próximo, ou recomendam o trabalho como boa maneira de evitar problemas, isto é, reforçam a prescrição geral de uma vida estritamente privada, alertando contra atividades políticas. Ainda mais relevante é o fato de que, na filosofia cristã mais recente, e particularmente em Tomás de Aquino, o trabalho (como labor) era o dever daqueles que não tinham outro meio de sobrevivência, sendo que o dever consistia em manter-se vivo e não em trabalhar: se fosse possível a um homem sustentar-se com esmolas, tanto melhor. Quem ler essas fontes com isenção de modernos preconceitos a favor do trabalho ficará surpreso ao verificar quão pouco os fundadores da Igreja se aproveitaram da oportunidade óbvia de justificar o labor como punição do pecado original.

Retirado de: ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense. Universitária, 2007. (com adaptações)

Considerando os sentidos e as estruturas linguísticas do texto, julgue os itens subsequentes.

- 18 Infere-se do texto que o advento do cristianismo da história da civilização humana conservou o valor atribuído ao labor anteriormente.
- 19 Os vocábulos “necessária” (l.6) e “homicídio” (l.15) são exemplos de palavras cuja acentuação gráfica pode ser explicada segundo duas regras distintas.
- 20 Quando a autora emprega a locução conjuntiva “ao invés de” (l.13), ela o faz porque concebe que o ato de o escravo suicidar-se é contrário ao ato de ele submeter-se ao patrão.
- 21 O par de travessões que isola “ou seja, toda atividade necessária apenas para manter o próprio processo biológico” (l.6-7) é empregado pela mesma razão do par de vírgulas que isola o segmento “que foi chamado o apóstolo do trabalho” (l.20-21).
- 22 O vocábulo “vicissitudes” (l.4) é sinônimo de “infortúnios”.
- 23 O trecho “O antigo desprezo em relação ao escravo, menosprezado porque servia apenas às necessidades da vida e se submetia ao domínio do amo por desejar permanecer vivo a qualquer preço, não podia de modo algum sobreviver na era cristã.” (l.8-11) conserva sua correção gramatical e seu sentido original caso seja reescrito da seguinte forma: *O antigo desprezo em relação ao escravo, o qual era menosprezado em razão de servir apenas às necessidades da vida e se submetia ao domínio do amo porque desejava permanecer vivo a qualquer preço, não podia de maneira alguma sobreviver na era cristã.*
- 24 No período “O enterro cristão era negado não ao assassino, mas àquele que havia posto fim à sua própria vida.” (l.15-16), os dois sinais indicativos de crase são obrigatórios.
- 25 A oração “Quem ler essas fontes com isenção de modernos preconceitos a favor do trabalho” (l.31-32) possui função sintática idêntica à do pronome substantivo “que” (l.16).
- 26 Com a supressão das vírgulas empregadas imediatamente após “escravo” (l.8) e imediatamente após “preço” (l.10), o texto passa a indicar que na Antiguidade nem todos os escravos eram menosprezados por servirem somente às necessidades da vida.
- 27 O texto enquadra-se na tipologia argumentativa, haja vista a presença de referências a pensadores das filosofias clássica e cristã.
- 28 Os vocábulos “glorificação” (l.19) e “punição” (l.34) regem as preposições imediatamente postostas a eles.
- De fato, os vocábulos “glorificação” e “punição” possuem valor transitivo, isto é, necessitam de outras expressões que completem seus sentidos. Tais expressões (“do trabalho” e “do pecado original”) são, por isso, denominadas complementos nominais.
- 29 Infere-se do trecho “Quem ler essas fontes com isenção de modernos preconceitos a favor do trabalho ficará surpreso ao verificar quão pouco os fundadores da Igreja se aproveitaram da oportunidade óbvia de justificar o labor como punição do pecado original.” (l.31-34) que ocorre uma quebra de expectativa do leitor quando lê escritos da filosofia cristã.
- 30 Caso a preposição “em” empregada no termo “na era cristã” (l.11) seja substituída pela preposição “a”, ele terá modificada sua função sintática.
- 31 Caso se substitua a forma verbal “há” (l.18) por “existe”, preservam-se as relações sintáticas do período original.
- 32 A flexão singular de “ficará” (l.32) justifica-se em razão de o verbo concordar com pronome invariável.

Redação Oficial

Fidelis Almeida

Considerando os preceitos da redação de textos oficiais contidos no Manual de Redação da Presidência da República (terceira edição), julgue os itens subsequentes.

- 33 Dentre as tipologias textuais, encontra-se a redação oficial, instrumento por meio do qual o Poder Público redige comunicações oficiais.
- 34 O apontamento dos significados das siglas empregadas em textos oficiais é dispensável, haja vista que o destinatário, pertencente à estrutura administrativa do Estado, domina tal informação.
- 35 É recomendado o emprego de sinônimos na redação oficial a fim de tornar agradável estilisticamente o texto. Com isso, evita-se a repetição de vocábulos já empregados.
- 36 A impessoalidade dos documento oficial implica que, embora seja assinado por um remetente, traz as percepções de uma coletividade acerca de determinado assunto.
- 37 Para os cargos de Presidente da República e Presidente do Supremo Tribunal Federal, não se emprega abreviatura do pronome de tratamento no corpo de um documento oficial.

Raciocínio Lógico

Marcelo Leite

- 38 Caso a proposição “Hoje não ocorrerá atendimento externo” seja verdadeira, então a implicação “Caso não seja resolvido o problema de energia na agência do INSS, então hoje não ocorrerá atendimento externo” será obrigatoriamente verdadeira, independentemente do valor atribuído à proposição “Não foi resolvido o problema de energia na agência do INSS”.
- 39 Considere o seguinte argumento, em que P1 e P2 são premissas, e C é a conclusão.
P1: Se Ana é Analista do INSS, então Marcos é técnico do INSS.
P2: Marco é técnico do INSS.
C: Ana é analista do INSS.
Portanto, é correto concluir que o citado argumento é válido.
- 40 Considere que a proposição categórica “Todo técnico do INSS fala inglês”, então é correto concluir que “Quem não fala inglês não é técnico do INSS”.
- 41 Considere que, em certa agência do INSS, todos os 100 servidores que estão lotados lá falam pelo menos uma língua estrangeira, podendo ser inglês, francês ou espanhol. Sabe-se que 50 falam inglês; 60, francês; e 20 falam apenas espanhol. Dentre esses servidores, a quantidade de servidores que falam tanto inglês como francês é superior a 28 servidores.

- 42 Em certa repartição pública do INSS, estão lotados X servidores. Sabe-se que 40% desses servidores já fizeram aniversário nesse ano e que, para o próximo mês, 12 servidores farão aniversários, perfazendo, assim, 55% dos servidores que fizeram aniversário nesse ano. Com base nessas informações, é correto concluir que na repartição estão lotados menos de 78 servidores.

Informática

Maurício Franceschini

- 43 Fernando é residente no Canadá há dois anos e, com bastante frequência, comunica-se com seus familiares que moram no Rio de Janeiro. A rede utilizada para conectar dispositivos localizados a distâncias muito longas, como, por exemplo, estados, países e continentes, é a rede MAN.
- 44 A intranet é uma rede privada corporativa e, para acessá-la, é necessário que o usuário seja cadastrado com login e senha, pois os assuntos contidos nela são de interesse interno à instituição.
- 45 O Snapchat é uma rede social que possibilita a troca de informações pessoais por meio de textos com até 280 caracteres. A principal finalidade dessa rede social é compartilhar ideias instantaneamente com o mundo. É muito usado por celebridades, as quais deixam registrados seus pensamentos quase diários.
- 46 Browsers ou clientes web são softwares que permitem criar, editar, acessar ou alterar páginas web na World Wide Web (WWW).
- 47 Memórias secundárias são aquelas acessadas diretamente pela CPU, como, por exemplo, os registradores, a memória cache, a memória RAM e a memória ROM; enquanto memórias principais ou primárias são aquelas que não são acessadas diretamente pela CPU como, por exemplo, HD ou disco rígido, pen drive, cartões SD.
- 48 O servidor não poderá exercer mais de um cargo em comissão, exceto interinamente, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade.
- 49 Xirú, servidor público do INSS, ausentou-se do serviço durante o horário de expediente, sem prévia autorização do seu chefe imediato, para comprar presente para sua namorada Prenda. Apesar de não ter acarretado prejuízo ao funcionamento do setor onde está lotado, Xirú estará sujeito à pena de demissão, após processo administrativo disciplinar.
- 50 Gaudêncio, servidor do INSS, foi aposentado por invalidez. Durante inspeção de saúde, a junta médica declarou insubsistentes os motivos de sua aposentadoria. Nesse caso, atendidos os requisitos legais, o retorno de Gaudêncio à atividade far-se-á mediante aproveitamento.

Regimento Jurídico Único

Sergio Gaúcho

Seguridade Social (Direito Previdenciário)

Fernando Maciel

- 51** João e Maria são segurados do RGPS e estavam casados há 20 anos. Fruto de desentendimentos ocorridos no período de isolamento social por força da pandemia da COVID-19, no ano de 2020, resolveram se separar judicialmente, oportunidade em que ambos renunciaram reciprocamente a prestação de alimentos. No ano de 2021, João veio a falecer vítima de um grave acidente de trânsito, o que deixou Maria psicologicamente abalada, repercutindo negativamente no seu trabalho e, conseqüentemente, na sua vida financeira. Considerando essa necessidade econômica superveniente, de acordo com o entendimento jurisprudencial dos Tribunais Superiores, Maria fará jus a receber o benefício de pensão por morte.
- 52** Para período anterior a 1º de janeiro de 2023, a comprovação do exercício da atividade rural por parte do segurado especial se dará por meio de autodeclaração ratificada por entidades públicas credenciadas, bem como complementada por provas documentais, a exemplo do contrato de arrendamento, parceria ou comodato rural, bem como do bloco de notas do produtor rural.
- 53** Dentre o rol de segurados obrigatórios do RGPS, encontram-se aqueles que desempenham atividades de forma gratuita e o serviço voluntário, nos termos do disposto na Lei n. 9.608/1998.
- 54** Juliano de Sá presta serviço ao município de Alegrete/RS na condição de professor temporário. Adicionalmente, foi convidado para exercer um cargo em comissão na Câmara de Vereadores. Considerando que o exercício da função comissionada não se dá em caráter exclusivo, pois Juliano já possui um vínculo prévio com o município de Alegrete/RS, é correto afirmar que, em relação ao cargo de livre nomeação e exoneração, Juliano não estará vinculado ao RGPS.
- 55** Carlos Santos é segurado do RGPS há 14 meses, vindo a falecer em virtude de um acidente de trânsito ocorrido durante viagem de férias. Nesse caso, considerando que o seu óbito não se deu em virtude de um acidente do trabalho, sua viúva terá direito de receber o benefício de pensão por morte por apenas 4 meses.
- 56** A renda mensal do benefício de aposentadoria especial por exposição a agentes nocivos observará o critério do coeficiente fixo de 60%, acrescido de 2% para cada ano que superar o tempo mínimo de contribuição exigido para esse benefício.
- 57** De acordo com a legislação previdenciária, ao segurado(a) da Previdência Social que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança ou adolescente será devido salário-maternidade pelo período de 120 (cento e vinte) dias.
- 58** Falecendo um segurado do RGPS que deixe como dependente um irmão de 15 anos de idade, na hipótese de a pensão por morte ser requerida 4 meses após o óbito, o benefício será pago a partir do seu requerimento administrativo.
- 59** O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos será de filiação obrigatória, caráter contributivo e, a exemplo do que se verifica em relação ao regime geral destinado aos trabalhadores da iniciativa privada, também possui caráter solidário, sendo custeado por contribuições do respectivo ente federativo, dos servidores ativos, inativos e pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- 60** Em termos de evolução histórica dos sistemas de proteção social, é correto afirmar que a origem da Previdência Social no cenário internacional se deve ao economista inglês William Henry Beveridge, responsável pela instituição do primeiro sistema de seguro social.
- 61** Dentre os objetivos da Seguridade Social previstos na CF/88, encontram-se a seletividade e a distributividade na participação do custeio.
- 62** Constitui fonte de custeio da seguridade social a contribuição do importador de bens ou serviços do exterior, o de quem a lei a ele equiparar.
- 63** A exceção da aposentadoria por invalidez, no cálculo do salário-de-benefício das aposentadorias dos segurados filiados ao RGPS até julho de 1994, o divisor considerado na média dos salários-de-contribuição não poderá ser inferior a 108 meses.
- 64** O Ministro da Previdência poderá autorizar o INSS a formalizar a desistência ou abster-se de propor ações e recursos em processos judiciais, sempre que a ação versar matéria sobre a qual haja declaração de inconstitucionalidade proferida pelo STF, Súmula ou jurisprudência consolidada dos tribunais superiores.
- 65** Na hipótese de um segurado não concordar com a decisão do INSS que, amparada em parecer conclusivo da Perícia Médica Federal, indeferir o benefício de auxílio por incapacidade temporária, caberá recurso administrativo ao Conselho de Recursos da Previdência Social - CRPS.
- 66** Vitor Santos se aposentou perante o RGPS há 5 anos, oportunidade em que, atendendo pedido do seu empregador, continuou a prestar serviço na condição de empregado. Na hipótese de Vitor sofrer um acidente de trabalho que lhe acarrete uma incapacidade temporária, ele terá direito de receber o respectivo benefício previdenciário (auxílio por incapacidade temporária), sendo que o seu contrato de trabalho restará suspenso enquanto estiver afastado de suas atividades.
- 67** Dentre o rol de benefícios destinados aos dependentes, encontram-se a pensão por morte e o auxílio-reclusão, não havendo óbice para o recebimento cumulativo dessas prestações sociais. Dessa forma, na hipótese de um filho estar recebendo a pensão pela morte de sua mãe, a superveniente prisão de seu pai, preenchidos todos os requisitos legais, ensejaria o recebimento do respectivo auxílio-reclusão.
- 68** Luiz Mário é servidor público federal e foi diagnosticado com grave doença incapacitante. Na hipótese de não ser possível sua readaptação para outra atividade compatível, Luiz será aposentado por incapacidade permanente, hipótese em que deverá se submeter a avaliações periódicas a fim de verificar a continuidade dessa condição incapacitante.

- 69** A Constituição Brasileira de 1934 foi o primeiro texto constitucional a utilizar a expressão “previdência”, passando a prever a tríplice forma de custeio, mediante contribuição do governo, trabalhadores e empregadores.
- 70** Objetivando sanar o déficit previdenciário e, conseqüentemente, garantir a manutenção da Seguridade Social, com fundamento no art. 195, § 4º, da CF/88, o Governo Federal pretende instituir uma nova fonte de custeio. Para tanto, em observância ao entendimento jurisprudencial do STF, a instituição de nova contribuição social deverá ser veiculada por meio de lei complementar, bem como não poderá ter fato gerador ou base de cálculo próprios dos impostos já discriminados na CF/88.
- 71** De acordo com as novidades normativas introduzidas com a Reforma Previdenciária (EC n. 103/2019), o período de carência para o benefício de aposentadoria programada passa a ser, respectivamente, de 15 anos para as mulheres e 20 anos para os homens.
- 72** A duração do benefício de pensão por morte que leve em consideração a idade do beneficiário, aplica-se apenas em relação ao cônjuge/companheiro, não sendo observada em relação aos filhos, irmãos e pais do segurado.
- 73** No ano de 2023, Gilberto Mathias completará 70 anos de idade. Considerando sua condição de servidor público federal, exercendo o cargo de Técnico do Seguro Social do INSS, Gilberto será aposentado compulsoriamente com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, circunstância que acarretará a vacância do seu cargo.
- 74** A proteção social aos acidentes de trabalho foi incorporada à previdência pública por ocasião da Lei n. 5.316/1967.
- 75** De acordo com a legislação previdenciária, os salários-de-contribuição utilizados no cálculo do valor dos benefícios serão considerados respeitando-se os limites mínimo e máximo vigentes na data do requerimento administrativo.
- 76** Na hipótese de um segurado receber indevidamente valores a maior em seu benefício previdenciário, o INSS poderá proceder ao desconto mensal de até 30% da renda do benefício.
- 77** O valor não recebido em vida pelo segurado poderá ser pago aos seus dependentes habilitados à pensão por morte, desde que tal direito seja reconhecido em inventário ou arrolamento.
- 78** Os segurados em gozo de auxílio-acidente estão obrigados, sob pena de suspensão do benefício, a submeterem-se a exame médico a cargo da Perícia Médica Federal.
- 79** Juliano Alves é um aposentado do RGPS que possui 90 anos de idade. Juliano reside na companhia de seu filho Carlos Alves, o qual possui 60 anos e recebe aposentadoria especial na condição de PCD. Na hipótese de Juliano falecer, o seu filho Carlos fará jus a receber a pensão por morte deixada por seu genitor, cujo coeficiente de cálculo será de 60% da aposentadoria que Juliano vinha recebendo.
- 80** Levando-se em consideração a natureza jurídica indenizatória do benefício de auxílio-acidente, é possível o seu recebimento cumulativo com o benefício assistencial de BPC-LOAS.
- 81** Em matéria de contagem recíproca do tempo de contribuição, a CTC somente poderá ser emitida por regime próprio de previdência social para ex-servidores.
- 82** Concluído o processo de habilitação ou reabilitação social e profissional, a Previdência Social emitirá certificado individual, indicando as atividades que poderão ser exercidas pelo beneficiário, sendo vedado o exercício de atividade diversa.
- 83** O segurado que sofreu acidente de trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de 12 meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-acidente.
- 84** Empresas e sindicatos poderão realizar o pagamento integral dos benefícios previdenciários devidos a seus beneficiários, mediante celebração de contrato com o INSS em que será dispensada a licitação.
- 85** A revisão do ato administrativo do INSS que indeferir um benefício requerido por um segurado não estará sujeito a prazo decadencial.
- 86** Uma das novidades normativas introduzidas com a EC n. 103/2019 foi a exigência de idade mínima para a aposentadoria voluntária no serviço público, visto que antes dessa “Reforma da Previdência” era possível um servidor se aposentar apenas comprovando tempo mínimo de contribuição.
- 87** O segurado menor não poderá firmar recibo de recebimento do benefício, o que deve ser feito por seus pais ou tutor.
- 88** Ulisses Pereira, empregado da empresa Prestige Ltda., foi vítima de acidente de trabalho ocorrido no ano de 2019, ocasião em que contraiu uma incapacidade parcial e permanente (sequela) em sua mão esquerda, passando a perceber, desde então, o benefício de auxílio-acidente. Tendo continuado a desempenhar suas atividades, no ano de 2021, Ulisses foi vítima de novo infortúnio laboral, agora vindo a sofrer incapacidade total e temporária em virtude da lesão sofrida em sua perna direita. Em tal hipótese, inexistente óbice ao recebimento cumulativo de ambos os benefícios por incapacidade.
- 89** Na hipótese de o segurado falecido estar, na data de seu falecimento, obrigado por determinação judicial a pagar alimentos temporários a ex-cônjuge no valor de 30% de sua remuneração, havendo necessidade de ser dividida a pensão com a atual companheira, a cota da ex-mulher deverá observar o limite previsto na referida decisão judicial.
- 90** O derramamento da barragem de Brumadinho/MG culminou com a morte e o desaparecimento de dezenas de segurados do RGPS. No caso dos segurados desaparecidos, considerando o instituto da morte presumida, a ensejar a concessão da pensão provisória pelo INSS, tal benefício poderá ser concedido a partir do desaparecimento dos segurados, não sendo exigido aguardar o transcurso de 6 meses para fins de declaração de ausência.

- 91** O trabalhador desempregado que vier a ser preso em regime fechado durante o período de graça atenderá o requisito de segurado de baixa renda para fins de concessão do auxílio-reclusão a ser concedido a seus dependentes.
- 92** Jair Veloso é servidor público estadual desde o ano de 2020. Apesar de ter ingressado no serviço público após a Reforma Previdenciária de 2019 (EC n. 103/2019), Jair não está necessariamente obrigado a implementar a idade de 65 anos para obter a sua aposentadoria voluntária.
- 93** O salário-maternidade para a segurada empregada, doméstica e trabalhadora avulsa consistirá numa renda mensal igual a sua remuneração integral.
- 94** O benefício será pago diretamente ao beneficiário, salvo em caso de ausência, moléstia contagiosa ou impossibilidade de locomoção, quando será pago a procurador, cujo mandato não terá prazo superior a doze meses, podendo ser renovado ou revalidado pelos setores de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social.
- 95** A prova de inexistência de débito deve ser exigida da empresa em relação a todas as suas dependências, estabelecimentos e obras de construção civil, independentemente do local onde se encontrem, ressalvado aos órgãos competentes o direito de cobrança de qualquer débito apurado posteriormente.
- 96** Para fins de enquadramento da condição de segurado especial, entende-se como auxílio eventual de terceiros o que é exercido periodicamente, em condições de mútua colaboração, não existindo subordinação nem remuneração.
- 97** Observado o disposto no Regulamento da Previdência Social, o beneficiário em processo de habilitação/reabilitação profissional poderá receber auxílio para tratamento ou exame fora do seu domicílio.
- 98** Na hipótese de o servidor público possuir alguma fonte de renda formal, será possível o recebimento de proventos de aposentadoria do RPPS em valor inferior ao salário-mínimo.
- 99** Nos casos de dolo ou erro grosseiro, o servidor do INSS responsável pela análise de pedido de benefícios poderá responder pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas.
- 100** No caso de falecimento da segurada que fizer jus ao recebimento do salário-maternidade, o benefício será pago, pelo período de 120 dias, ao cônjuge ou companheiro sobrevivente, desde que esse último tenha a qualidade de segurado.
- 101** A previdência complementar facultativa, custeada por contribuição adicional, constitui um dos princípios (objetivos) da Previdência Social.
- 102** O servidor do INSS que, sem autorização ou solicitação de autoridade competente, modificar ou alterar sistema de informações ou programa de informática, incorrerá no crime de inserção de dados falsos em sistemas de informações.
- 103** Não descaracteriza a condição de segurado especial a outorga, por meio de contrato verbal de parceria, meação ou comodato, de até 50% de imóvel rural cuja área total não seja superior a 4 módulos fiscais.
- 104** Em matéria de financiamento da Seguridade Social, os segurados contribuintes individual e facultativo estão obrigados a recolher sua contribuição por iniciativa própria, até o dia 15 do mês seguinte ao da competência.
- 105** O Ministério do Trabalho e Previdência divulgará, trimestralmente, o resultado financeiro do Regime Geral de Previdência Social.
- 106** Servidores públicos estaduais, distritais e municipais poderão ter direito a se aposentar voluntariamente com observância de tempo de contribuição distinto do previsto para os servidores públicos federais.
- 107** O segurado facultativo que comprove mais de 120 contribuições mensais sem interrupção que acarrete a perda da qualidade de segurado fará jus à prorrogação do período de graça por mais 12 meses.
- 108** Para fins de recebimento de benefícios previdenciários ou assistenciais administrados pelo INSS, a lavratura de procuração pública e a emissão de sua primeira via serão isentas do pagamento das custas e dos emolumentos.
- 109** O prazo de validade da certidão expedida conjuntamente pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Economia, referente aos tributos federais e à dívida ativa da União por elas administrados, será de até 90 (noventa) dias.
- 110** Equipara-se ao empregador rural pessoa física o consórcio simplificado de produtores rurais, formado pela união de produtores rurais pessoas físicas, que outorgar a um deles poderes para contratar, gerir e demitir trabalhadores para prestação de serviços, exclusivamente, aos seus integrantes, mediante documento registrado em cartório de títulos e documentos.

Seguridade Social (LOAS)

Ravan Leão

Julgue o item a seguir à luz da Lei n. 8.742/1993.

- 111** Terá direito à concessão do auxílio-inclusão de que trata o Estatuto da Pessoa com Deficiência a pessoa com deficiência moderada ou grave que, cumulativamente, preencha os requisitos legais trazidos nessa inovação legislativa e tal auxílio corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor do benefício de prestação continuada em vigor.

Em relação às instâncias deliberativas do SUAS, julgue o item a seguir à luz da Lei n. 8.742/1993.

- 112** O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) é composto por 16 (dezesesseis) membros e respectivos suplentes, cujos nomes são nomeados ao órgão da Administração Pública Federal responsável pela elaboração da Política Nacional de Assistência Social.

Em relação às instâncias deliberativas do SUAS, julgue o item a seguir à luz da Lei n. 8.742/1993.

113 O CNAS tem caráter solidário: metade dos seus membros são representantes governamentais e a outra metade é composta por representantes da sociedade em geral.

Em relação aos recursos financeiros para a assistência social, julgue o item a seguir à luz da Lei n. 8.742/1993.

114 O dispositivo dispõe que a receita do Fundo Nacional de Assistência Social, o produto da alienação dos bens imóveis da extinta Fundação Legião Brasileira de Assistência.

Julgue o próximo item com base na Lei n. 8.742/1993, que dispõe sobre a organização da assistência social.

115 O Cras é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias.

Julgue o próximo item com base na Lei n. 8.742/1993, que dispõe sobre a organização da assistência social.

116 A assistência social possui dentre seus objetivos a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com idade igual ou inferior a 65 anos que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Julgue o próximo item com base na Lei n. 8.742/1993.

117 O benefício de prestação continuada ou o benefício previdenciário no valor de até 1 (um) salário-mínimo concedido a idoso acima de 65 (sessenta e cinco) anos de idade ou pessoa com deficiência não será computado, para fins de concessão do benefício de prestação continuada a outro idoso ou pessoa com deficiência da mesma família, no cálculo da renda a que se refere a própria lei.

Em relação às instâncias deliberativas do SUAS, julgue o item a seguir à luz da Lei n. 8.742/1993.

118 Situação hipotética: o CNAS, por decisão de 3/5 de seus membros, aprovou a proposição, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de alteração dos limites de repasse mensal dos benefícios previstos em lei.

Assertiva: nessa situação, a aprovação da proposição ocorreu em conformidade com o que estabelece a LOAS.

Em relação às instâncias deliberativas do SUAS, julgue o item a seguir à luz da Lei n. 8.742/1993.

119 O regulamento de que trata de outros elementos probatórios quanto a concessão do BPC poderá ampliar o limite de renda mensal familiar per capita previsto na lei, para até 1/2 (meio) salário-mínimo, observado os requisitos legais quanto aos elementos probatórios voltados à pessoa com deficiência ou ao idoso, respeitando os critérios legais

Julgue o item a seguir à luz da Lei n. 8.742/1993.

120 A Previdência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. Ela, ainda, ganha proteção junto à jurisprudência do STF e está em acordo com o que preconiza a doutrina no que tange ao *welfare state*, vedação do retrocesso social, bem como a reserva do possível em proteção ao mínimo existencial para o cidadão.

16° SIMULADO
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL

GABARITO

Item	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Gabarito	E	E	E	C	C	C	E	C	C	C	C	C	C	C	E	C	E	E	C	E
Item	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Gabarito	C	E	E	E	C	C	E	C	C	C	E	C	E	E	E	C	C	C	E	C
Item	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
Gabarito	C	E	E	C	E	E	E	C	E	E	E	C	E	E	E	C	E	C	C	E
Item	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
Gabarito	E	C	C	C	E	E	C	C	C	E	E	C	E	C	E	C	E	C	E	E
Item	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
Gabarito	C	E	E	C	C	E	E	C	E	C	E	C	E	C	C	E	C	E	C	E
Item	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120
Gabarito	C	E	E	C	E	C	E	C	E	C	C	E	E	E	C	E	C	E	C	E



O POTENCIAL VOCÊ JÁ TEM.
Nós só precisamos te mostrar,
para juntos correremos
rumo à sua aprovação.

O programa de **coaching do Gran Cursos Online** é o diferencial na sua preparação.

Com ele, você chega mais longe e mais rápido. Nosso time de Xperts está de prontidão para guiar nossos alunos por caminhos em que o estudo é mais pragmático e organizado e o aprendizado vem de forma mais fácil e segura.



PERSONALIZAÇÃO

Seu coach irá te apoiar e direcionar pelos longos e difíceis caminhos do estudo. Com técnicas e táticas personalizadas de acordo com suas necessidades, um plano estratégico de estudos será traçado para que você alcance resultados mais rápidos e satisfatórios.



ACOMPANHAMENTO DE ROTINA

Com planos feitos, resta colocá-los em prática. Com ajuda para gerenciar e desenvolver sua rotina, você consegue ajustar sua jornada diária para que todas as suas necessidades sejam preenchidas ao longo das horas. Principalmente os estudos!



PERCEÇÃO DE CAPACIDADES


Onde você é muito bom, em que precisa melhorar, quais são seus limites, onde necessita de mais ajuda. Seu coach terá uma percepção clara de como você funciona e como deverá traçar suas metas e objetivos.



MOTIVAÇÃO

Uma batalha travada com amigos ao lado é sempre mais fácil de encarar. Conte sempre com apoio, motivação, suporte, dicas, palavras de ânimo e, se precisar, até puxões de orelha que vão fazer você chegar aonde sempre sonhou.

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero fazer parte do
programa granxperts

INSS – 16º SIMULADO TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL

Ética

Glauber Soares

Antero, agente público vinculado ao INSS, por meio de atividade em caráter temporário, recebeu vantagem indevida de terceiro com o objetivo de adiantar procedimentos relacionados a benefícios previdenciários. Considerando o disposto nos Decretos n. 1.171/1994 (Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal) e n. 6.029/2007 (Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal), julgue os itens.

- 1 A ação do agente público não está disposta de maneira explícita no Código de Ética como conduta antiética.

Errado.

De acordo com o Código de Ética, Capítulo I, Seção III, Das Vedações, XV - É vedado ao servidor público: g) pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim. Assim, o item está incorreto.

- 2 Por se tratar de servidor em caráter temporário, não é possível a apuração e a aplicação de penalidade de natureza ética.

Errado.

Conforme o Código de Ética, Capítulo II, Das Comissões de Ética, XXIV - Para fins de apuração do comprometimento ético, entende-se por servidor público todo aquele que, por força de lei, contrato ou de qualquer ato jurídico, preste serviços de natureza permanente, temporária ou excepcional, ainda que sem retribuição financeira, desde que ligado direta ou indiretamente a qualquer órgão do poder estatal, como as autarquias, as fundações públicas, as entidades paraestatais, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, ou em qualquer setor onde prevaleça o interesse do Estado. Em complemento, de acordo com o Decreto n. 6.029/2007, art. 11:

Art. 11. Qualquer cidadão, agente público, pessoa jurídica de direito privado, associação ou entidade de classe poderá provocar a atuação da CEP ou de Comissão de Ética, visando à apuração de infração ética imputada a agente público, órgão ou setor específico de ente estatal.

Parágrafo único. Entende-se por agente público, para os fins deste Decreto, todo aquele que, por força de lei, contrato ou qualquer ato jurídico, preste serviços de natureza permanente, temporária, excepcional ou eventual, ainda que sem retribuição financeira, a órgão ou entidade da administração pública federal, direta e indireta.

Desse modo, o item está incorreto.

- 3 Caso a conduta seja passível de apuração, após notificado, Antero terá o prazo de 15 dias para apresentar sua defesa fundamentada.

Errado.

Por haver previsão no Código, assegurada a ampla defesa e o contraditório, a conduta é passível de apuração e responsabilização. Ademais, considerando o Decreto n. 6.029/2007, art. 12:

Art. 12. O processo de apuração de prática de ato em desrespeito ao preceituado no Código de Conduta da Alta Administração Federal e no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal será instaurado, de ofício ou em razão de denúncia fundamentada, respeitando-se, sempre, as garantias do contraditório e da ampla defesa, pela Comissão de Ética Pública ou Comissões de Ética de que tratam o incisos II e III do art. 2º, conforme o caso, que notificará o investigado para manifestar-se, por escrito, no prazo de dez dias.

Assim, item incorreto.

Direito Constitucional

Ricardo Blanco

Julgue os itens.

- 4 É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.

Certo.

Art. 5º, CF, VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.

- 5 São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

Certo.

Art. 5º, CF, X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

- 6 São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.

Certo.

Art. 12. São brasileiros: I - natos: a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.

- 7 Aos originários de língua portuguesa com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição.

Errado.

Art. 12, CF, § 1º Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição.

- 8** A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

Certo.

Art. 37, CF, II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração. (Redação dada pela Emenda Constitucional n. 19, de 1998)

- 9** O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.

Certo.

Art. 37, CF, III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.

- 10** Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.

Certo.

Art. 37, CF, IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.

Direito Administrativo

Raphael Spyere

A respeito da teoria geral dos atos administrativos, julgue os itens a seguir.

- 11** Uma vez exarados pela Administração, os atos administrativos negociais, também chamados de atos de consentimento, conformam os interesses públicos com eventuais demandas particulares, viabilizando o exercício de atividades ou a utilização de bens públicos.

Certo.

Atos administrativos negociais são aqueles em que a Administração Pública compatibiliza os interesses públicos com determinada demanda particular de um interessado. Exemplo clássico é a autorização para uso privativo de bem público pelo particular interessado em promover um evento festivo. Outro exemplo clássico é a licença para edificação. Sem esses atos administrativos, o interessado exercerá ilicitamente um direito e estará sujeito a medidas e sanções de polícia administrativa.

- 12** O silêncio administrativo não produz efeitos jurídicos.

Certo.

A questão cuida da regra: o silêncio administrativo não produz efeitos jurídicos. Configura-se o silêncio administrativo quando a Administração deixa de se manifestar diante de caso em que deveria se manifestar. Nesse contexto, não representa um ato administrativo (que é uma manifestação de vontade da Administração), mas sim um fato administrativo. E fatos administrativos, por si, não produzem efeitos jurídicos, exatamente como afirmado no enunciado.

Um exemplo do que foi explicado: suponha que o INSS, em processo administrativo disciplinar, deixe transcorrer o prazo de 20 dias previsto na Lei n. 8.112/1990 (art. 167) sem emitir uma decisão. Não se pode diante do silêncio (não ter se manifestado no prazo legal) subentender que o servidor foi absolvido ou condenado. Eis o teor do citado dispositivo para fins de registro:

Art. 167. No prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

Agora, por isso, não se pode afirmar que o silêncio administrativo, enquanto fato, nunca produz efeitos jurídicos, porque estes podem ser determinados por lei ou por decisão judicial. Tomando novamente de exemplo o caso do processo administrativo disciplinar. A súmula 635 do STJ explica que o decurso do prazo de duração do processo disciplinar somado ao prazo para decidir (respectivamente, 120 mais 20 dias, totalizando 140 dias), sem que a Administração tenha decidido, faz com que o prazo de prescrição volte a correr integralmente. Assim, silêncio produziu efeitos jurídicos por entendimento judicial (isso poderia também ser definido por lei).

Em suma: silêncio administrativo é um fato administrativo: por si, não produz efeitos jurídicos; se a lei ou a decisão judicial estabelecer, o silêncio produz efeitos jurídicos.

Sobre as disposições contidas na Lei n. 9.784/1999, Lei Geral de Processos Administrativos Federais, julgue.

- 13** Os atos da administração que apresentarem vício de legalidade deverão ser anulados pela própria administração. No entanto, se de tais atos decorrerem efeitos favoráveis a seus destinatários, o direito da administração de anular esses atos administrativos decairá em cinco anos, contados da data em que forem praticados, salvo se houver comprovada má-fé.

Certo.

Art. 53. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

Tomando como referência a Lei n. 8.429/1992, Lei Geral de Improbidade Administrativa, atribua o valor de certo ou errado às assertivas subsecutivas.

- 14** Devido ao caráter sensível do bem jurídico tutelado pelo sistema normativo de tutela coletiva, a Lei de Improbidade deve ser aplicada àqueles que pratiquem atos que importem em enriquecimento em desfavor do patrimônio de entidade privada que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de entes públicos ou governamentais.

Certo.

Art. 1º O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, nos termos desta Lei.
(...)

§ 6º Estão sujeitos às sanções desta Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de entes públicos ou governamentais, previstos no § 5º deste artigo.

- 15** A conduta omissiva decorrente de interpretação divergente da lei em campo jurisprudencial, por si só, poderá ser enquadrada como ato de improbidade administrativa.

Errado.

Ao contrário, nos termos do art. 1º, § 8º:

Art. 1º. (...)

§ 8º Não configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.

Imagine a seguinte situação: uma turma do Superior Tribunal de Justiça entende que determinada postura deve ser enquadrada como ato de improbidade. Em face disso, o servidor deixa de realizá-la (até por medo de ser responsabilizado). Todavia, a outra turma do STJ entende ao contrário: que a postura de deixar de fazer é que é improbidade. Devido a este último entendimento, o órgão em que atua o servidor instaura um processo administrativo disciplinar para apurar a suposta infração.

Pois bem, o que o § 8º do art. 1º tem por objeto é justamente impedir que isto ocorra: confusão interpretativa, jurisprudencial ou não, servindo como base para responsabilizar servidores públicos por atos de improbidade. Assim, a conduta do servidor público embasada em determinado entendimento divergente, por si só, não é suficiente para ser enquadrada como ato de improbidade. Para que a questão fique correta, então, deverá ser assim redigida:

“A conduta omissiva decorrente de interpretação divergente da lei em campo jurisprudencial **NÃO** poderá ser enquadrada como ato de improbidade administrativa.”

Julgue as assertivas a seguir sobre o regime jurídico dos agentes públicos.

- 16** Impõe-se à Administração Pública nomear o candidato aprovado em concurso público dentro do número de vagas previstas no edital do certame, em razão do princípio da boa-fé e da proteção da confiança.

Certo.

Entendimento firmado em 2011 nos autos do RE 598.099/MS (Rel. Ministro Gilmar Mendes, julgamento em 10/08/2011). Na oportunidade, ficou assentado que: “Uma vez publicado o edital do concurso com número específico de vagas, o ato da Administração que declara os candidatos aprovados no certame cria um dever de nomeação para a própria Administração e, portanto, um direito à nomeação titularizado pelo candidato aprovado dentro desse número de vagas.”

- 17** Os subsídios e as remunerações dos servidores públicos federais, incluídas as verbas de natureza indenizatória, não podem exceder o subsídio mensal dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

Errado.

De acordo com a CF/1988, art. 37, § 11, as verbas de caráter indenizatório, como, por exemplo, a ajuda de custo prevista na Lei n. 8.112/1990, art. 53, não ficam sujeitas ao limite imposto pelo teto (subsídio mensal dos ministros do STF). Senão, vejamos:

Art. 37. (...)

§ 11. Não serão computadas, para efeito dos limites remuneratórios de que trata o inciso XI do caput deste artigo, as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei.

O citado inciso XI explica a regra do teto (que não se aplica as verbas de caráter indenizatório):

Art. 37. (...)

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos.

Gramática e Texto

Fidelis Almeida

Texto para responder aos itens de números 18 a 32.

1 A ênfase colocada pelo cristianismo na inviolabilidade da vida tendia a nivelar, anulando-as, as antigas distinções e expressões da vida activa; tendia a ver o labor, o trabalho e a ação como igualmente sujeitos às vicissitudes da vida na Terra. Ao mesmo tempo, contribuiu para poupar parcialmente a atividade do labor — ou seja, toda atividade necessária apenas para manter o próprio processo biológico — do desdém que a antiguidade lhe dedicava. O antigo desprezo em relação ao escravo, menosprezado porque servia apenas às necessidades da vida e se submetia ao domínio do amo por desejar permanecer vivo a qualquer preço, não podia de modo algum sobreviver na era cristã. Já não era possível menosprezar o escravo, como Platão o fazia, por não haver cometido suicídio ao invés de submeter-se, pois permanecer vivo em quaisquer circunstâncias passara a ser um dever sagrado, e o suicídio era visto como crime pior que o homicídio. O enterro cristão era negado não ao assassino, mas àquele que havia posto fim à sua própria vida.

10 Contudo, ao contrário do que certos intérpretes modernos pretendem ver em fontes cristãs, não há qualquer indicação da moderna glorificação do trabalho (enquanto labor) no Novo Testamento ou em escritores cristãos pré-modernos. Paulo, que foi chamado o apóstolo do trabalho, não era nada disso; e as poucas passagens nas quais se fundamenta tal assertiva são dirigidas àqueles que, por preguiça, comiam o pão do próximo, ou recomendam o trabalho como boa maneira de evitar problemas, isto é, reforçam a prescrição geral

25 de uma vida estritamente privada, alertando contra atividades políticas. Ainda mais relevante é o fato de que, na filosofia cristã mais recente, e particularmente em Tomás de Aquino, o trabalho (como labor) era o dever daqueles que não tinham outro meio de sobrevivência, sendo que o dever consistia em manter-se vivo e não em trabalhar: se fosse possível a um homem sustentar-se com esmolas, tanto melhor. Quem ler essas fontes com isenção de modernos preconceitos a favor do trabalho ficará surpreso ao verificar quão pouco os fundadores da Igreja se aproveitaram da oportunidade óbvia de justificar o labor como punição do pecado original.

Retirado de: ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense. Universitária, 2007. (com adaptações)

Considerando os sentidos e as estruturas linguísticas do texto, julgue os itens subsequentes.

18 Infere-se do texto que o advento do cristianismo da história da civilização humana conservou o valor atribuído ao labor anteriormente.

Errado.

Segundo o texto, o cristianismo contribuiu para livrar em parte o desprezo com que a Antiguidade enxergava o labor.

19 Os vocábulos “necessária” (l.6) e “homicídio” (l.15) são exemplos de palavras cuja acentuação gráfica pode ser explicada segundo duas regras distintas.


Assinatura ILIMITADA 6.0


para concursos e OAB


Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.


A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional.

Assine AGORA a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a Assinatura Ilimitada 6.0 do Gran Cursos Online.


 **FACILITE SEUS ESTUDOS:**
rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.

 **TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:**
faça o *download* de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.

 **VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:**
mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.

 **TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:**
quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.

 **NÚMEROS GRANDES:**
milhares de alunos aprovados, mais de 1 milhão de questões, mais de 23 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.

 **TUDO NA SUA MÃO:**
só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.

 Quero ser assinante ilimitado agora

#VEM
SER
GRAN